

MEIOS DE CONTROLE BIBLIOGRÁFICO UNIVERSAL: UMA EXPERIÊNCIA DE ENSINO

Marina Zeni Guedes, Professora Assistente do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Paraná.

O presente artigo relata a experiência no ensino da disciplina Meios de Controle Bibliográfico Universal no Curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal do Paraná, de 1976 a 1980. Apresenta os antecedentes, a evolução e enfoques dos conteúdos, bem como a metodologia adotada. Ressalta as decorrências do seu ensino.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende relatar a experiência no ensino da disciplina Meios de Controle Bibliográfico Universal, desde sua implantação em 1976, no Curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal do Paraná (UFPr).

O controle bibliográfico como um sistema mundial para permuta de informações bibliográficas foi estabelecido em 1974 pela Unesco em cooperação com a IFLA, com o objetivo de tornar acessível a todos e com rapidez, em forma internacionalmente aceitável, os dados bibliográficos fundamentais, relativos às publicações de todos os países.

A partir das diretrizes básicas, do conceito, da filosofia e dos objetivos do controle bibliográfico universal (CBU), podem-se encontrar as relações com as iniciativas anteriores ao estabelecimento do sistema. Já em 1851, Jewett preconizava a importância de um livro ser catalogado uma única vez, preferencialmente no seu país de origem, o que, posteriormente, foi considerado como condição essencial ao perfeito funcionamento do CBU. Carlos Victor Penna ao examinar os objetivos da Library of Congress em relação a Shared Cataloging, em 1966, denominou o projeto de controle bibliográfico universal (3).

Embora o conceito seja relativamente novo, as iniciativas de há muito existiam e, elas próprias, a exemplo dos programas da IFLA e da Unesco, podem ser consideradas precursoras do controle bibliográfico.

Contribuíram para a realização da Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação, em 1969, e conseqüentemente ao passo inicial ao controle bibliográfico, a Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação em 1961; a utilização do computador para serviços bibliotecários, também na década de 1960, e o programa Shared Cataloging.

Com muita propriedade, Dorothy Anderson ressalta a necessidade do Controle Bibliográfico Universal, quando se refere ao papel do bibliotecário, de organizar todas as fontes de informação disponíveis e fornecer aquela informação à nação. Enfatiza que, para desempenhar de maneira eficiente seu papel, o bibliotecário precisa saber como obter informação sobre todos os assuntos relevantes às necessidades da nação: o que tem sido escrito, publicado onde, em que forma e como pode ser obtido (1).

Dada a importância do assunto para os profissionais da biblioteconomia, os quais são parcialmente responsáveis pelo controle bibliográfico, no nível de seu campo de atuação, a disciplina Meios de Controle Bibliográfico Universal, do Curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal do Paraná, objetiva fornecer a orientação indispensável para que possam participar do programa, acionando os mecanismos para o cumprimento de requisitos básicos a ele relacionados.

2. ANTECEDENTES

Meios de Controle Bibliográfico Universal é disciplina do currículo pleno do Curso de Biblioteconomia e Documentação da UFPr, com carga horária semanal de três horas/aula, num total de 45 horas, equivalente a três créditos. Tem como pré-requisitos as disciplinas Catalogação I e Catalogação II, e está colocada no quarto período do Curso.

A disciplina já foi prelecionada por dois professores e cursada por 162 alunos, em nove ocasiões diferentes, ora em periodização normal, dentro do período letivo, ora em período especial, ofertada em mês de férias escolares.

Com o currículo pleno anteriormente em vigência (Res. 25/74), o Curso ofertava a disciplina Catalogação IV, que pode ser considerada o embrião do controle bibliográfico, embora o conceito ainda fosse desconhecido. Intuitivamente já existia, como pode ser observado no quadro, pois sua filosofia baseia-se em cooperação, visando o controle de registros bibliográficos de qualquer tipo de material.

A idéia do conceito de controle bibliográfico foi trazida do 8º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, ocasião em que Dorothy Anderson e Maria Luiza Monteiro da Cunha enfatizaram a importância de um sistema mundial para o controle e permuta de informações.

A partir de então, a disciplina Catalogação IV teve seu conteúdo revisto, visando permitir a inclusão de outras unidades e adotou-se a denominação de Meios de Controle Bibliográfico Universal (Res. 73/75).

A literatura corrente tem sido acompanhada para que os conteúdos da disciplina sejam revistos e atualizados constantemente.

3. SELEÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS

A seleção e organização dos conteúdos deve ser realizada em função dos objetivos propostos e envolvem basicamente:

1) desenvolvimento de processos mentais, o que ultrapassa a categoria do simples conhecimento; o aluno deve ser orientado na busca e no aprimoramento de suas

CONTROLE BIBLIOGRÁFICO UNIVERSAL

capacidades intelectivas, cultivando padrões mais ricos e consistentes de pensamento;

2) tratamento da informação, procurando determinar a contribuição específica que a informação vai proporcionar ao desenvolvimento global do aluno.

A disciplina visa, basicamente, capacitar o aluno a:

- 1) conceituar o controle bibliográfico nos diferentes níveis e os meios de atingi-lo;
- 2) situar no tempo e no espaço os meios de controle bibliográfico;
- 3) determinar as características e funções dos diferentes meios de controle bibliográfico;
- 4) determinar as implicações da normalização para o controle bibliográfico;
- 5) reconhecer a necessidade e a importância do controle bibliográfico nos diferentes níveis.

Com base nos objetivos estabelecidos, os conteúdos são vistos como um meio para a concretização da aprendizagem e, nessa disciplina, estão estruturados em oito unidades:

1) Controle bibliográfico universal. Requisitos para o controle bibliográfico. Controle bibliográfico no Brasil. Meios de controle bibliográfico;

- 2) Bibliografias nacionais. Depósito legal;
- 3) Catalogação cooperativa e centralizada;
- 4) Catálogos coletivos;
- 5) Catalogação na fonte;
- 6) Simplificação da catalogação;
- 7) Automação da catalogação;
- 8) Catálogos impressos das grandes bibliotecas e bibliografias internacionais.

A organização destes conteúdos envolve um encadeamento e uma hierarquização, visando uma seqüência gradual de dificuldades, uma vez considerada a estrutura da disciplina.

À cada uma das oito unidades, foram selecionadas subunidades com base em determinados critérios, tais como: validade, flexibilidade, significação, possibilidade de elaboração pessoal e utilidade (7).

Adotando-se tais critérios pretende-se obter conteúdos representativos à disciplina, atualizados e mutáveis, que possibilitem alterações em relação aos conteúdos já selecionados; que levem a despertar no aluno, seu interesse e a aprofundar seu conhecimento por iniciativa própria, com vistas à assimilação e transformação da informação pelo próprio aluno; que resolva o problema do uso posterior do conhecimento, aplicando-o a situações novas.

3.1. Conteúdo programático

O conteúdo programático está assim estruturado:

1) Controle bibliográfico universal. Conceito, definição, filosofia, origem e evolução do programa mundial para controle e permuta de informações bibliográficas. Sistemas mundiais e nacionais de informação. Controle bibliográfico nos diferentes

níveis – local e regional – como forma evolutiva natural para o atingimento do controle universal. Requisitos para o controle bibliográfico: adoção de padrões internacionais para o registro e recuperação de dados bibliográficos – da CIPC, com o estabelecimento da Declaração de Princípios, ao AACR, à RIEC com a semente da normalização para a descrição bibliográfica (ISBD) e às numerações internacionais padronizadas para livros (ISBN) e publicações periódicas (ISSN) e o ISDS. Controle bibliográfico no Brasil: visão global das iniciativas a ele relacionadas.

2) Meios de controle bibliográfico. Depósito legal como requisito para as bibliografias nacionais. Bibliografias nacionais como o meio mais eficaz de controle, uma vez que estas são responsáveis pelo controle da produção de seu país e, de onde podem ser aproveitadas as descrições bibliográficas a fim de cumprir a filosofia do programa e condição essencial para o seu perfeito funcionamento.

3) Catalogação cooperativa e centralizada. Conceitos, definições, características, histórico. Ressaltando que a cooperativa é parte da centralizada, uma vez que aquela pressupõe um centro que recebe, revisa, duplica e distribui o produto às instituições cooperantes. Iniciativas em diferentes países e ocasiões, inclusive brasileiras: SIC, Shared Cataloging, NPAC.

4) Catálogos coletivos. Definição, funções dos diferentes tipos, origem e evolução, métodos empregados na compilação e atualização dos catálogos. Catálogos coletivos em diferentes países. Iniciativas brasileiras. Ênfase na compilação de catálogos coletivos como meio importante para acelerar a pesquisa científica, a cultura em geral, a economia e a tecnologia.

5) Catalogação na fonte. Definição, objetivos, iniciativas nos diversos países e ocasiões: CIS, CIP, Pré-publicação da catalogação. Centrais de catalogação: CBL, SNEL. Catalogação na fonte como forma mais recente de auto-bibliografia, a catalogação da produção bibliográfica é feita no próprio país de origem, aproveitada pelas bibliografias nacionais, permitindo a rápida e eficiente permuta de dados bibliográficos.

6) Simplificação da catalogação. Necessidade de simplificação da catalogação. Catalogação seletiva e catalogação limitada. Meios de simplificar a catalogação: Códigos simplificados e processos fotográficos. A uniformidade de normas adotadas por várias bibliotecas possibilita a cooperação, fornecendo o empréstimo inter-bibliotecário e facilitando o controle e a permuta de dados bibliográficos. O controle bibliográfico será atendido na mesma extensão que a uniformidade das regras adotadas pelas instituições.

7) Automação da catalogação. Origem e evolução dos projetos de automação nos diversos países: MARC, UNIMARC, MARCAL, CALCO. Viabilidade da automação da catalogação. Tal unidade vem de encontro ao princípio básico do controle bibliográfico: as informações relativas a uma obra devem ser reunidas o mais cedo possível e da forma mais abrangente e exata. Por razões de rapidez e de normalização, deve-se efetuar nos países de origem da obra em questão e ser apresentada sob forma legível por computador.

8) Catálogos impressos das grandes bibliotecas, bibliografias internacionais. Utilidade e importância dos catálogos de bibliotecas para o controle bibliográfico. Catálogos impressos do British Museum, da Library of Congress, Deutscher Gesamt-

CONTROLE BIBLIOGRÁFICO UNIVERSAL

catalog, Primo Catalogo Colletivo delle Biblioteche Italiani, da Bibliothèque Nationale de Paris. Catálogos impressos de bibliotecas locais, catálogos da produção técnica e científica de instituições locais. Kaltwasser considera que o CBU consiste em tratar mais sistematicamente os dados bibliográficos desde a produção de um livro em qualquer lugar do mundo, até a publicação ou inclusão de seus dados no catálogo das bibliotecas (S).

4. SELEÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS

Segundo Kilpatrick, cada coisa que se aprende, tem sua própria maneira de ser aprendida (6).

Para obter-se uma aprendizagem eficaz é necessário levar-se em conta determinadas variáveis na escolha e organização de procedimentos de ensino. Em relação ao controle bibliográfico, de conteúdo essencialmente teórico, foram consideradas as variáveis: período de oferta da disciplina, número de alunos, carga horária semanal e textos didáticos disponíveis.

Procurou-se correlacionar o período de oferta da disciplina com a carga horária semanal e o número de alunos aos textos didáticos disponíveis.

Das nove vezes em que a disciplina foi ofertada, duas excepcionalmente foram em período especial, sendo uma em janeiro de 1976 e a outra em julho de 1977, ministradas em três semanas, com carga diária de três horas. Quando ofertada em periodização normal, a disciplina tem carga horária de três horas.

A relação número de alunos com os textos didáticos disponíveis tem, também, suas implicações na maneira de organizar as experiências de aprendizagem.

A consolidação de conceitos e idéias difere em ambas as situações, influenciando na aprendizagem. O professor atua sobre o aluno, apresentando-lhe estímulos, orientando e controlando sua aprendizagem.

A metodologia adotada predominantemente é a de se fazer, a cada unidade, uma introdução teórica sobre os principais pontos, como conceituação, definição e histórico e, posteriormente, a indicação de textos para leitura e discussão em sala de aula.

A leitura e a discussão estimulam a reflexão e servem para orientar a descoberta ou resolução de problemas.

Em relação aos textos didáticos, é bem recente a existência de livros básicos que reúnem a literatura sobre o assunto, que anteriormente só se encontrava de forma dispersa. A nível nacional, tem-se a obra *Novos rumos da catalogação* (2), que passou a ser utilizada não só para Meios de Controle Bibliográfico Universal – embora não cubra todas as unidades abordadas na disciplina – mas também para Catalogação I e Catalogação II.

Duas outras obras são básicas para a disciplina: *Universal Bibliographic Control* de Dorothy Anderson, diretora do International Office for UBC (IFLA) e a de Donald Davison, *Bibliographic Control* (4).

Do levantamento bibliográfico efetuado para a disciplina, são recomendados para leitura, os textos mais significativos e que se encontram disponíveis nas bibliotecas da Universidade. Dá-se prioridade aos textos em língua portuguesa, dada a dificuldade

MARINA ZENI GUEDES

de dos alunos em relação às línguas estrangeiras, para enfatizar as iniciativas do controle bibliográfico a nível nacional.

5. DECORRÊNCIAS

Um dos objetivos estabelecidos para a disciplina MCBU foi o de levar o aluno a reconhecer a necessidade e a importância do controle bibliográfico nos diferentes níveis. Dentre os critérios para a seleção dos conteúdos visou-se, basicamente, contribuir para que o aluno aprofundasse seu conhecimento por iniciativa própria, para assimilação e transformação da informação, aplicando-a a situações novas. Na seleção e organização de procedimentos de ensino, foi incentivada a leitura e enfatizada a discussão, com vistas a reflexão e descoberta de problemas e sua resolução.

Foi comprovada a existência de iniciativas no campo do controle bibliográfico, a nível local.

Num levantamento efetuado nos trabalhos de conclusão de Curso, elaborados para a disciplina Metodologia da Pesquisa em Biblioteconomia II, comprovou-se que a partir de 1976, há um número significativo de pesquisas voltadas ao controle bibliográfico.

Além dos trabalhos de alunos, outras iniciativas de controle bibliográfico foram detectadas em Curitiba, como por exemplo, catálogos de produção técnica e científica de instituições e catálogos coletivos locais, elaborados por bibliotecários.

Desta forma, os estudos e produtos do controle bibliográfico podem ser considerados como uma tomada de consciência dos profissionais, possivelmente despertada pela disciplina Meios de Controle Bibliográfico Universal, motivo pelo qual esta deve continuar a merecer a mesma ênfase, visando atingir os objetivos propostos.

The experience in teaching the course Means for Universal Bibliographic Control at the Curso de Biblioteconomia e Documentação, Universidade Federal do Paraná, from 1976 to 1980, is reported. The background, evolution and contents approaches are given, as well as the adopted methodology. The observed consequences of this experience are also pointed out.

6. REFERÊNCIAS

- (1) ANDERSON, Dorothy. *Universal bibliographic control*, a long term policy, a plan for action. Pullach, München, Verlag Dokumentation, 1974. 87 p.
- (2) BARBOSA, Alice Príncipe. *Novos rumos da catalogação*. Rio de Janeiro, BNG/BRASIL-ART, 1978. 246 p.
- (3) CHAPLIN, A.H. Basic bibliographic control: plans for a world system. *Aslib Proceedings*, 27 (2):48-56, Feb. 1975.
- (4) DAVISON, Donald Edward. *Bibliographic control*. London, C. Gingley, 1975. 124 p.
- (5) WALTWASSER, Franz Georg. Universal bibliographical control (UBC) *Unesco Bulletin for Libraries*, 25 (5):252-59, Sept./Oct.1971.
- (6) KILPATRICK apud TURRA, Clódia Maria Godoy et al. *Planejamento de ensino e avaliação*. 5. ed. Porto Alegre, PUC, EMMA, 1975. 307 p.
- (7) TURRA, Clódia Maria Godoy et ai. *Planejamento de ensino e avaliação*. 5. ed. Porto Alegre, PUC, EMMA, 1975. 307 p.